



Ata n.º 02/2026

Reunião de Câmara realizada em 19 de janeiro de 2026

Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia, Domingos Manuel Mendes Lopes -----

Pelas dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia -----

1.1. Faltas -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal -----

1.3. Intervenção dos Vereadores -----

2. Período da Ordem do Dia -----

2.1. Administração e Finanças -----

2.1.1. Proposta de aprovação dos Mapas “Demonstração de desempenho orçamental” e “Fluxos de Caixa” do ano de 2025; -----

2.1.2. Proposta de aceitação de doação efetuada pela empresa Gazmondego – Distribuidores de Combustíveis, Lda. -----

2.2 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude

2.2.1. Proposta de apoio financeiro anual às entidades gestoras dos Centros de Recursos Alimentares do Concelho da Lousã; -----

2.2.2. Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Lousã; -----

2.2.3. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 208572352; -----

2.2.4. Atribuição de Isenção – Programa Férias Ativas 2026. -----

2.2.5. Proposta de atribuição de financeiro à Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã, no montante de 7.500,00 €, destinado a apoiar nas despesas de funcionamento; -----

2.2.6. Proposta de designação de um representante do Município da Lousã a integrar o Conselho Local de Saúde Mental (CLSM); -----

3. Aprovações em minuta -----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – Não houve faltas a registar -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor presidente da Câmara Municipal, informou que esteve presente numa reunião de trabalho em Cork promovida pela CIM Região de Coimbra, onde foram partilhadas boas práticas no âmbito da mobilidade verde, referindo que, nesse contexto, foram abordados projetos de ciclovias, alguns dos quais se encontram mais avançados do que os existentes na Região Centro. Salientou ainda a importância de terem partilhado, nesse fórum, a experiência do novo sistema de mobilidade, bem como a questão da intermodalidade entre os serviços municipalizados de Coimbra, a Metro Mondego e a CP. Informou também que, será assinado o protocolo com a Metro Mondego para a venda de passes na Câmara Municipal sendo a formação aos serviços municipais disponibilizada pela Metro e prevendo-se que, a partir do mês de fevereiro, o serviço entre em funcionamento. -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

O Sr. Vereador António Marçal salientou a importância da coesão territorial e da mobilidade como fatores relevantes para a qualidade de vida, sublinhando as assimetrias existentes entre o interior e o litoral, bem como entre o meio urbano e as freguesias mais periféricas do concelho da Lousã. Colocou a questão da eventual instalação de espaços de cidadão em todas as freguesias (nomeadamente na freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio), questionando a viabilidade a curto ou médio prazo, a afetação de funcionários e a articulação com outras valências, defendendo a necessidade de garantir regularidade do serviço como fator de dinamização local. Questionou o andamento das obras de acesso ao Castelo, se decorrem de acordo com o planeamento previsto ou se existem derrapagens que

possam implicar prolongamento da interrupção do acesso. Abordou a necessidade de planeamento de futuras obras estruturais, defendendo a elaboração de um plano global, em particular para a área urbana da Lousã, destacando os impactos diretos na qualidade de vida e nos custos suportados pelos munícipes, nomeadamente no que respeita à gestão das águas. Manifestou reservas quanto à utilização do regime de substituição para nomeações de diretores de departamento, especialmente quando aplicado a recrutamento externo ao município, considerando que tal prática pode descaracterizar os princípios do concurso público e da transparência, apesar de reconhecer a utilidade do instituto da substituição em determinadas circunstâncias. Referiu ainda questões relacionadas com competências delegadas e subdelegadas, nomeadamente quanto à assinatura de atos pela Vice-Presidente, alertando para a eventual inexistência de despacho formal e para o risco de vício de invalidade dos atos praticados. -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia, relativamente ao funcionamento do Metro do Mondego questionou se já foram efetuados contactos ou consideradas as adaptações necessárias, nomeadamente quanto ao ajuste dos horários escolares e à localização e horários dos espaços de venda e atendimento. Questionou ainda, se para além do serviço a iniciar na Câmara Municipal a partir de fevereiro, foi equacionada a criação de outro local de atendimento mais acessível e com horário mais alargado, bem como se o serviço a prestar na Junta de Freguesia de Serpins, estará igualmente disponível a partir da mesma data. No que respeita à adesão ao serviço, referiu que, durante o mês de dezembro, se verificou um aumento superior ao expectável, sendo solicitado esclarecimento sobre a evolução da procura no mês de janeiro, nomeadamente se a afluência de passageiros se encontra dentro da normalidade prevista ou se se registam variações significativas. Relativamente ao funcionamento dos jardins de infância, questionou se os constrangimentos verificados no final do mês de janeiro, já se encontram regularizados. Perguntou ainda se as questões relacionadas com as atividades de apoio à família para as quais a Câmara Municipal criou um grupo de trabalho de análise, já se encontram devidamente resolvidas. Por último, foi solicitado o ponto de situação relativo ao processo de venda em hasta pública da quota do município na empresa Emequatro. -----

A **Sr.^a Vereadora Cristina Silva** relativamente ao contrato de delegação de competências do Município no âmbito da Educação, referiu que o mesmo foi objeto de adenda aprovada em reunião realizada em setembro de 2023, tendo sido, entretanto, solicitado ao Gabinete Jurídico que proceda à sua revisão, no seguimento de reunião ocorrida a 19 de novembro com o Diretor do Agrupamento. No essencial, o teor do documento manter-se-á, por acordo das partes, com eventuais ajustes de forma, prevendo-se que o documento revisto seja apresentado em reunião de câmara no início de fevereiro. No mesmo seguimento, foi realizada uma reunião com os Presidentes de Junta (não esteve nesta reunião a Senhora Presidente da Junta de Foz de Arouce- freguesia sem escolas) e os vereadores Luís Santa e Cristina Silva, com o objetivo de aferir e uniformizar procedimentos no âmbito das escolas existentes nas diferentes freguesias. Referiu ainda a reunião do Conselho Local de Ação Social, na qual foi apresentado o Plano Municipal para a Integração de Migrantes, constante também da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pelos parceiros da Rede Social, presentes. Nessa mesma reunião, foi apresentada a Carta Social, documento que se encontra praticamente finalizado. A reunião permitiu recolher contributos dos parceiros que serão integrados, sob a forma de pequenos ajustes, prevendo-se que a Carta Social seja apresentada em reunião de Câmara no início de fevereiro. -----

Sr.^a Vice-Presidente efetuou uma breve retrospectiva da dinâmica cultural do concelho, destacando-se o reforço da atividade cultural, reconhecida como positiva e em crescimento. Foi feita referência à exibição do filme “JUSTA “que reflete uma realidade social atual em Portugal, seguida de um momento de debate com a realizadora, promovendo a interação com o público. Mencionou também o concerto da Paz organizado pela Associação Cultural Lousã, e o concerto de Reis, organizado pela Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras, salientou que, apesar de normalmente o mês de janeiro apresentar menor participação em eventos culturais, tal não se verificou nestes casos. No âmbito museológico, referiu a exposição de máscaras rituais patente no Museu Lousã Henriques, destacando-se a sua relevância cultural e a diversidade de manifestações culturais apresentadas ao longo do ano. Salientou a sessão de apresentação da exposição pelo responsável, Roberto Afonso, bem como a adesão do público logo nos dias seguintes à

inauguração, evidenciando o impacto positivo da divulgação, incluindo a publicidade realizada nas carruagens do Metro do Mondego. Divulgou a realização, no próximo sábado, dia 24, do “Sábado Cultural”, evento que inclui a apresentação de um livro e o reconhecimento dos leitores mais assíduos da Biblioteca Municipal, bem como a divulgação das obras mais requisitadas. Destacou ainda o concerto comemorativo dos 45 anos de carreira dos TÁXI, considerando que será um espetáculo de particular interesse cultural. Por fim, no âmbito da área do bem-estar animal, referiu alguns dados constantes dos relatórios do CROAL, nomeadamente o número de animais recolhidos e adotados, com destaque para o esforço realizado na promoção da adoção responsável de cães e gatos, incluindo animais provenientes da rua e de situações particulares. -----

O Sr. Vereador Domingos Lopes referiu que é reconhecida a intenção de promover processos de gestão das árvores mais eficientes, salientando, no entanto, que subsistem dificuldades, independentemente da boa vontade das partes, decorrentes de práticas enraizadas e da ausência de sensibilidade ou formação adequada por parte de alguns intervenientes. Defendeu a importância de investir na formação e na clarificação de procedimentos, como forma de promover a mudança de paradigmas de modo gradual e construtivo. Salientou que a mudança exige esforço conjunto, tanto dos responsáveis políticos como dos técnicos, apelando à necessidade de alinhamento e coerência na atuação. Referiu que, sendo a Lousã reconhecida como uma das vilas mais atrativas da região, isto implica responsabilidades acrescidas no planeamento e na gestão do território. Nesse contexto, destacou o impacto significativo da construção civil na transformação das dinâmicas do concelho, alertando para a pressão urbanística e para a necessidade de antecipar efeitos indesejáveis. Por fim, defendeu a importância de refletir sobre opções estratégicas e de reforçar o trabalho conjunto no âmbito do planeamento, de forma a valorizar o território e garantir um desenvolvimento equilibrado e sustentável. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município tem vindo a implementar um modelo de atendimento descentralizado, com deslocação periódica de serviços às Juntas de Freguesia, especialmente às que não dispõem de recursos humanos próprios. Esta medida integra os compromissos assumidos no programa eleitoral e publicamente anunciados, encontrando-se atualmente em fase de

operacionalização. Foi salientado que a principal dificuldade reside na gestão dos recursos humanos disponíveis, estando em preparação a abertura de novos procedimentos concursais, reconhecendo, contudo, que os processos na Administração Pública decorrem de forma mais lenta do que o desejável. Informou ainda que já se encontra reativado o serviço de reagendamento de equipamentos e máquinas às juntas de freguesia, realizado semanalmente mediante solicitação das mesmas. Relativamente às obras de acesso ao Castelo, informa que, de acordo com os dados disponíveis, o calendário está a ser cumprido, ressalvando-se a possibilidade de imprevistos inerentes a este tipo de empreitadas. A perspetiva é a de reabertura no prazo aproximado de dois meses. No que respeita às águas pluviais, referiu que se encontra em curso, por parte dos serviços técnicos do Município, a preparação de um plano para a rede separativa, considerando esta matéria prioritária para o futuro, quer ao nível ambiental, quer ao nível da eficiência do sistema, prevendo-se a sua integração sempre que existam oportunidades de intervenção. Relativamente às nomeações dos cargos de Diretor de Departamento, em regime de substituição, esclareceu que as mesmas foram efetuadas para garantir o normal funcionamento dos serviços, salvaguardando a continuidade dos procedimentos internos, tendo sido reiterado que serão abertos os respetivos concursos públicos nos prazos legalmente previstos. Sublinhou que o objetivo foi assegurar estabilidade operacional, permitindo simultaneamente que os nomeados possam concorrer em igualdade de circunstâncias. No âmbito do funcionamento interno dos serviços, reconheceu a necessidade de agilizar procedimentos administrativos, nomeadamente os prazos de comunicação das decisões aos munícipes, salientando a importância de uma atuação articulada entre todos os níveis da estrutura orgânica. Relativamente ao Metro do Mondego, referiu que os horários têm vindo a ser ajustados de forma gradual, estando a ser equacionados novos locais e pontos de venda de passes. Numa fase inicial, o atendimento será assegurado na Câmara Municipal da Lousã, e posteriormente na Junta de Freguesia de Serpins, estando em articulação com a administração do Metro do Mondego a identificação de um outro local adicional com horário mais alargado. Em relação às questões sobre as atividades de apoio à família informou que as situações reportadas foram regularizadas, encontrando-se agora implementadas medidas preventivas para

evitar a repetição de constrangimentos. Relativamente ao processo de venda em hasta pública da EMEQUATRO referiu que o mesmo se encontra em curso, tendo sido já efetuadas as comunicações necessárias, prevendo-se o seu desenvolvimento seja rápido, atendendo à urgência manifestada pelas partes envolvidas. Agradeceu e tomou nota a da intervenção do Sr. Vereador Domingos Lopes. -----

CORRESPONDÊNCIA-----

O Sr. Presidente da Câmara deu nota de correspondência remetida pelo deputado Almiro Vieira, Presidente da Comissão Parlamentar da Reforma do Estado e Poder Local, congratulando os eleitos pelo início do mandato autárquico. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. Administração e Finanças -----

2.1.1. Proposta de aprovação dos Mapas “Demonstração de desempenho orçamental” e “Fluxos de Caixa” do ano de 2025; -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que o saldo de gerência ascende a cerca de 5 milhões de euros dos quais aproximadamente 1,9 milhões de euros correspondem à receita efetiva, sendo o remanescente resultante, designadamente, de crédito consignado, o que permite alguma margem de atuação. Sublinhou que os saldos de gerência, por si só, não constituem políticas públicas, sendo relevante que os mesmos se reflitam em decisões estratégicas e em prioridades com impacto efetivo nas políticas municipais. Destacou a adoção de uma postura de prudência acrescida na assunção de compromissos de carácter permanente, nomeadamente no que respeita à gestão da tesouraria e dos fluxos de caixa, tendo em conta o contexto económico e financeiro. Por fim, salientou a importância do rigor orçamental, da transparência e da boa gestão dos recursos públicos, de forma a minimizar riscos e assegurar uma utilização responsável dos fundos disponíveis. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aprovação dos Mapas “Demonstração de desempenho orçamental” e “Fluxos de Caixa” do ano de 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta dos Mapas “Demonstração de desempenho orçamental” e “Fluxos de Caixa” do ano de 2025. -----

2.1.2. Proposta de aceitação de doação efetuada pela empresa Gazmondego – Distribuidores de Combustíveis, Lda. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aceitação de doação efetuada pela empresa Gazmondego – Distribuidores de Combustíveis, Lda. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aceitar a proposta de doação efetuada pela empresa Gazmondego – Distribuidores de Combustíveis, Lda -----

2.2 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude

2.2.1. Proposta de apoio financeiro anual às entidades gestoras dos Centros de Recursos Alimentares do Concelho da Lousã; -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia questionou a proposta relativa à verba a atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Lousã, salientando que os valores agora apresentados não coincidem nem com os do ano anterior nem com a proposta anteriormente discutida, verificando-se um aumento de 17.000 € para 19.000 €. Referiu ainda que não foi disponibilizada justificação para os montantes atribuídos, nomeadamente no que respeita ao número de famílias ou indivíduos apoiados, não sendo perceptível a diferenciação de valores entre as três entidades abrangidas nem a razão do aumento/reforço da verba atribuída a uma das instituições. Por fim, solicitou clarificação quanto aos protocolos a celebrar, uma vez que estes têm data de janeiro de 2026 e a cláusula 5.^a refere que dizem respeito ao ano civil, questionando-se se os valores em causa correspondem a verbas a pagar no presente ano. -----

O Sr. Presidente esclareceu que os valores agora definidos correspondem aos montantes a atribuir no presente ano, em regime de duodécimos, referindo que a retificação efetuada teve única e exclusivamente em consideração as necessidades já identificadas para 2025, bem como o aumento do custo dos bens. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de apoio financeiro anual às entidades gestoras dos Centros de Recursos Alimentares do Concelho da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de apoio financeiro anual às entidades gestoras dos Centros de Recursos Alimentares do Concelho da Lousã. -----

2.2.2. Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Lousã; -----

A Sr.^a Vereadora Helena Correia solicitou clarificação quanto ao objeto da deliberação, questionando se a proposta se destinava a votação do plano ou apenas à tomada de conhecimento e remessa para apreciação e votação pela Assembleia Municipal. Atendendo a que se trata de um projeto desenvolvido pela CIM Região de Coimbra, deverá ser um plano de base comum aos 19 concelhos. Referiu que, de acordo com o diagnóstico apresentado, os fluxos migratórios têm contribuído para a estabilização e ligeira recuperação demográfica do concelho da Lousã, caracterizado por um índice de envelhecimento elevado e crescente, reforçando a atratividade do território, tanto na sede do concelho como nas freguesias, e contribuindo para a sustentabilidade demográfica local. Salientou ainda o aumento da população escolar de nacionalidade estrangeira, quer em número de alunos quer em diversidade de nacionalidades, contabilizando-se mais 30 alunos estrangeiros no presente ano letivo, num universo total de 261 alunos, refletindo um padrão migratório heterogéneo. Referiu que as maiores dificuldades de integração se verificam no contexto laboral, devido a barreiras linguísticas, falta de reconhecimento de qualificações e competências profissionais e dificuldades no acesso a mecanismos de recrutamento, bem como no acesso à habitação. Mencionou que o serviço municipal CLAIM lida maioritariamente com questões relacionadas com a permanência em território nacional e com a complexidade administrativa dos processos. Relativamente aos resultados dos inquéritos, referiu que estes identificam como principais barreiras à integração as dificuldades linguísticas e o acesso e utilização de serviços digitais, apesar de os inquiridos não revelarem dificuldades significativas no uso de tecnologias. Nesse contexto, colocou questões sobre o funcionamento das ofertas de ensino de língua portuguesa nas escolas, nomeadamente se estas abrangem a totalidade dos alunos e respondem às suas necessidades específicas, bem como sobre a existência e alcance de ofertas de Português Língua de Acolhimento (PLA) para adultos e jovens fora do sistema de ensino. Questionou ainda a existência de apoio no acesso e utilização de plataformas e serviços institucionais, designadamente matrículas, SNS, Portal das Finanças, Segurança Social e Portal do Município. Por fim, mostrou preocupação quanto à reduzida dimensão da amostra dos inquéritos, composta por 32 respostas,

considerando-se que este número é diminuto face ao universo de 837 residentes estrangeiros, podendo não refletir adequadamente questões como tratamento injusto e inclusão. -----

A Sr.^a Vereadora Cristina Silva – disse que a amostra de respostas ao inquérito reflete um nível de escolaridade globalmente elevado, em resultado do acesso e da disponibilidade dos participantes para responder. A perceção relativamente às questões da inclusão e da justiça não se evidenciam de forma clara, admitindo que a realidade poderá não estar totalmente refletida nos resultados. O inquérito integrou um diagnóstico geral dos municípios, previamente apresentado publicamente, que já tinha suscitado preocupação por parte do município, a qual foi comunicada ao Instituto Miguel Torga, responsável pela elaboração do diagnóstico. Esclareceu que, face aos prazos existentes, o diagnóstico foi elaborado com base nas 32 respostas obtidas no concelho, em articulação com o Centro Local de Atendimento a Migrantes, reconhecido como uma mais-valia na promoção da inclusão e na articulação com escolas, centro de saúde e outros serviços. Posteriormente, após análise interna do documento, foram solicitados ajustamentos e a inclusão de dados adicionais inicialmente não considerados, tendo sido reconhecida a competência técnica da equipa responsável. Destacou a diversidade de cerca de 30 nacionalidades, com particular incidência no agrupamento escolar, o que implica um esforço acrescido de gestão de recursos. Salientou a disponibilização de apoio ao Português Língua Não Materna, abrangendo alunos de diferentes origens, com maior representatividade de Cabo Verde, Brasil e Angola, bem como de outros países. Referiu ainda o acompanhamento de aulas de português para migrantes, em regime de voluntariado, que decorrem semanalmente, com participação de migrantes de várias nacionalidades, residentes no concelho. Estas aulas são valorizadas como uma importante medida de inclusão, não apenas linguística, mas também cultural, sendo reconhecido o seu impacto positivo no bem-estar e integração dos participantes. Concluiu que as medidas já implementadas pelo município e pelo agrupamento escolar são adequadas para responder às necessidades identificadas. Apesar de a amostra do inquérito poder não refletir todas as dificuldades de inclusão existentes, as ações em curso vão ao encontro das

recomendações do diagnóstico, o qual deverá ser entendido como um instrumento orientador, passível de ajustamentos futuros sempre que se revelem necessários. – O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Lousã e remeter o mesmo à Assembleia Municipal. -----

2.2.3. Proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 208572352; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 208572352. – A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 208572352. -----

2.2.4. Atribuição de Isenção – Programa Férias Ativas 2026. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de Isenção – Programa Férias Ativas 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de Isenção – Programa Férias Ativas 2026. -----

2.2.5. Proposta de atribuição de financeiro à Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã, no montante de 8.200,00 €, destinado a apoiar nas despesas de funcionamento; -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que a proposta em apreciação não é recente, resultando de uma situação que se tem vindo a prolongar no tempo e que levanta preocupações, nomeadamente quanto ao funcionamento dos serviços, bem como à componente essencial da proteção civil, sobretudo em períodos críticos como a época de incêndios. Salientou a existência de dúvidas de natureza jurídica quanto à forma de enquadramento e resolução da situação, recordando que casos semelhantes foram alvo de pareceres e questionamentos por parte do Tribunal de

Contas, nomeadamente no que respeita à interpretação dos pagamentos efetuados. Foi ainda mencionado que a legislação em vigor, designadamente a Dec. Lei n.º 111/2023, prevê mecanismos legais aplicáveis a este tipo de contexto. Destacou o papel fundamental desempenhado pelos homens e mulheres bombeiros voluntários, sublinhando a importância do serviço que prestam à comunidade e ao Estado, defendendo-se a necessidade de uma abordagem humanizada e responsável na procura de soluções, apesar da complexidade da matéria. Terminou a intervenção referindo que Vereadores do PS se encontram disponíveis, para encontrar uma solução para esta situação. -----

O Sr. Presidente da Câmara clarificou que a proposta em votação se refere exclusivamente à atribuição de um apoio financeiro à Liga dos Bombeiros, no âmbito do protocolo existente, não configurando, em momento algum, o pagamento de compensações individuais ou remunerações aos bombeiros voluntários. Este esclarecimento foi considerado essencial para o correto enquadramento da deliberação. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de financeiro à Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã, no montante de 8.200,00 €, destinado a apoiar nas despesas de funcionamento; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três votos contra do PS, deliberou aprovar a proposta de apoio financeiro à Liga dos Amigos dos Bombeiros da Lousã, no montante de 8.200,00 €, destinado a apoiar nas despesas de funcionamento; -----

2.2.6. Proposta de designação de um representante do Município da Lousã a integrar o Conselho Local de Saúde Mental (CLSM); -----

O Sr. Vereador António Marçal questionou o Sr. Presidente da Câmara se trabalhador designado para o Conselho Local de Saúde Mental, foi ouvido e mostrou anuência à aceitação da designação. Reforçou ainda que sempre que o município nomeie representantes em outras entidades, os vereadores do PS querem ser consultados, antes da designação. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que sim, o trabalhador foi ouvido e aceitou a designação. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de designação de um representante do Município da Lousã a integrar o Conselho Local de Saúde Mental (CLSM); -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta designação de um representante do Município da Lousã a integrar o Conselho Local de Saúde Mental (CLSM); -----

3. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 11 horas e 20 minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



